

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE OS MAUS-TRATOS INFANTIS NO CONTEXTO DA ODONTOLOGIA

STATE OF KNOWLEDGE ON CHILD MALTREATMENT IN THE CONTEXT OF DENTISTRY

Rita de Cassia Ladeira¹

RESUMO: O presente artigo analisa a produção científica sobre violência infantil no contexto da Odontologia, publicada no Portal de Periódicos da CAPES, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e em periódicos especializados da área. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, do tipo estado do conhecimento. Os resultados apontam desafios recorrentes relacionados à formação, à capacitação e à atuação profissional do cirurgião-dentista, com destaque para as categorias Conhecimento e limitações, Aspectos legais e Manifestações clínicas. De modo geral, os artigos evidenciam tanto a posição estratégica do cirurgião-dentista na rede de proteção infantil quanto barreiras sistêmicas, em diferentes níveis, que restringem a conduta profissional diante de maus-tratos infantis.

Palavras-chave: Maus-tratos infantis. Odontologia. Estado do conhecimento.

ABSTRACT: This article analyzes the scientific production on child maltreatment in the context of Dentistry, published in the CAPES Periodicals Portal, the Virtual Health Library (VHL), and specialized journals in the field. This is a qualitative and exploratory study, characterized as a state-of-knowledge review. The findings indicate recurring challenges related to the education, training, and professional practice of dentists, with emphasis on the categories Knowledge and limitations, Legal aspects, and Clinical manifestations. Overall, the studies highlight both the strategic role of dentists within the child protection network and systemic barriers, at different levels, that constrain professional conduct in cases of child maltreatment.

Keywords: Child maltreatment. Dentistry. State of knowledge.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) os maus-tratos infantis, também denominados abusos infantis, englobam toda forma de violência física e/ou emocional, abuso sexual, negligência, abandono e exploração, cometidos no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder, com potencial de causar danos à saúde, à sobrevivência, ao desenvolvimento e à dignidade da criança (OMS, 2002).

Na área da saúde, a literatura científica identifica quatro tipos principais de maus-tratos infantis. O abuso físico caracteriza-se pela presença de danos ou lesões visíveis ou potenciais à criança, em decorrência de ações violentas praticadas pelos pais ou responsáveis. O abuso

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

sexual refere-se à utilização da criança por um adulto para a satisfação de seus próprios desejos sexuais. O abuso emocional manifesta-se por meio de rejeição, ameaças ou humilhações recorrentes por parte dos cuidadores. Por fim, a negligência consiste na omissão dos pais ou responsáveis em prover as necessidades básicas da criança tais como alimentação, vestuário, abrigo e cuidados médicos, cuja ausência pode comprometer ou colocar em risco sua saúde e desenvolvimento (Nilchian; Tarrahi; Zaré, 2021).

No Brasil, utiliza-se predominantemente o termo violência contra crianças e adolescentes, em substituição à expressão maus-tratos. Essa escolha decorre, em grande medida, de uma opção política e legislativa que busca enfatizar a violação de direitos fundamentais, em vez de focalizar apenas a conduta individual do agressor, implícita no termo maus-tratos.

Nesse sentido, enquanto a expressão maus-tratos é frequentemente associada, na perspectiva da OMS, a situações de abusos e negligências ocorridas sobretudo no ambiente doméstico, a noção de violência adotado no Brasil apresenta maior abrangência. Inclui violências estruturais, institucionais e sociais, como trabalho infantil, exploração sexual que visa o lucro e a revitimização da criança e adolescente.

Essa opção terminológica também se expressa em documentos oficiais do governo federal. O Plano Nacional de enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (2022), por exemplo, utiliza o termo violência de forma sistemática, conferindo maior peso político ao problema e favorecendo a articulação de redes de proteção intersetoriais entre saúde, educação e assistência social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990, 2021) reforça essa distinção terminológica por reconhecer crianças e adolescentes como sujeito de direitos. Ao longo de seu texto, o termo maus-tratos aparece nove vezes, enquanto a palavra violência é mencionada 106 vezes. É importante frisar que, neste estudo, os termos maus-tratos infantis, violência infantil e violência contra crianças serão utilizados de forma aproximada, referindo-se a práticas que produzem danos ou violações de direitos da criança, frequentemente descritas na literatura como experiências adversas na infância.

Dito isto, dados do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos revelam a magnitude do problema no país. Em 2025 foram registradas mais de 644 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes, totalizando mais de 4 milhões de violações, o que evidencia a gravidade e a persistência desse fenômeno no cenário brasileiro.

Um recente estudo longitudinal de base populacional, conduzido por pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em parceria com a Universidade de Bath, no Reino Unido, demonstrou que o trauma na infância em decorrência da violência é um importante fator de risco para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, humor e de conduta na adolescência (Bailey et al., 2025).

Tais consequências não se restringem, porém, à dimensão psicológica: as experiências adversas na infância também deixam traumas no corpo, manifestando-se em diferentes condições de saúde. O conceito de experiências adversas na infância foi introduzido no estudo conduzido por Felitti et al. (1998), que evidenciou a associação entre situações de abuso, violência, negligência e disfunções familiares na infância e o aumento do risco à saúde e doenças na vida adulta.

Nesse sentido, o estudo de Oh e López-Santacruz (2021) analisou que experiências adversas na infância podem comprometer o desenvolvimento infantil e aumentar o risco de problemas de saúde bucal ao longo da vida.

De acordo com Jural, Paiva e Maia (2025, p. 10), adolescentes que vivenciaram experiências adversas na infância “têm mais que o dobro de chances de apresentar uma condição de saúde bucal ruim”, condição que, segundo os autores, pode ter impactado também na prestação da assistência odontológica.

Isso se deve, em parte, ao fato de que muitas dessas pessoas tendem a evitar o atendimento odontológico por longos períodos em razão da vergonha associada ao estado de saúde bucal, pelo fato de o ambiente do consultório funcionar como gatilho para memórias traumáticas ou ainda pela dependência da criança e do adolescente em relação ao adulto responsável para acessar os serviços de saúde, o mesmo que, em muitos casos, é o autor da violência sofrida, “uma vez que grande parte dos maus-tratos ocorre no âmbito intrafamiliar” (Calza et al., 2016, p. 15).

Considerando que a violência contra crianças constitui um relevante problema de saúde pública (OMS, 2002), com repercussões que atravessam diferentes dimensões do desenvolvimento infantil (Oh e López-Santacruz, 2021), observa-se, nas últimas décadas, um crescimento da produção científica dedicada à compreensão desse fenômeno complexo, cujo debate tem se expandido para além do viés estritamente criminal, passando a mobilizar também discussões nos diversos campos de atuação na área da saúde.

A partir dessas considerações, originou-se a proposta deste estudo, voltado para a análise das produções realizadas na área da Odontologia sobre a violência infantil. Para tanto,

formulou-se a seguinte questão norteadora: quais contextos têm sido abordados pela produção científica odontológica sobre os maus-tratos infantis?

Com o objetivo de responder a essa questão, propõe-se consultar, organizar, sistematizar e apresentar as principais proposições identificadas no cenário investigativo das pesquisas odontológicas relacionadas ao tema. Assim, o presente estudo analisa publicações nacionais em periódicos científicos, no período de 2021 a 2025, sobre a violência infantil no contexto da Odontologia, utilizando a metodologia Estado do Conhecimento (EC), no intuito de conhecer tendências, lacunas e proposições na literatura.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e tem como base a pesquisa bibliográfica e exploratória, com o emprego do estado do conhecimento (EC) como metodologia para a coleta e geração dos dados.

O EC constitui-se como uma metodologia científica dotada de etapas sistematizadas, que orientam a construção de um panorama atualizado acerca da produção acadêmica sobre determinado tema ou área do conhecimento.

Sua operacionalização se organiza em quatro etapas: Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada, Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas do EC

Etapas	Descrições
1. Bibliografia Anotada	Identificar e selecionar as publicações, a partir dos descritores, termos ou palavras-chave dos materiais que integrarão o corpus de análise.
2. Bibliografia Sistematizada	Leitura flutuante dos títulos e resumos dos materiais para a seleção e o exame minucioso das pesquisas, com a finalidade de incluir as que farão parte da análise e escrita do estado do conhecimento e as que serão excluídas.
3. Bibliografia Categorizada	Leitura aprofundada para reorganizar o corpus de análise selecionado e seu agrupamento em categorias por aproximação temática.
4. Bibliografia Propositiva	Organização e apresentação de proposições presentes nas pesquisas e propostas emergentes do autor do EC, a partir da análise realizada.

Fonte: Elaboração própria (2026).

Entre os dias 10 e 12 de janeiro de 2026 foram realizadas buscas no Portal de Periódicos da CAPES e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As listas de referências bibliográficas dos

artigos coletados foram consultadas manualmente, com vistas à identificação de outras produções relevantes para o corpus de análise. Como estratégia complementar de busca, procedeu-se também à consulta em periódicos especializados na área da Odontologia com o propósito de localizar estudos adicionais pertinentes à pesquisa.

Para a busca no Portal da CAPES e na BVS, foram utilizados os descritores controlados do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): ‘Maus-Tratos Infantis’ e ‘Odontologia’, combinados por meio do operador booleano AND, com o recurso de busca avançada disponível em ambas as plataformas.

No Portal de Periódicos da CAPES, foi também empregado o termo livre ‘violência infantil’ em substituição ao descritor controlado, tendo em vista a flexibilidade de busca dessa plataforma, que não se restringe ao vocabulário controlado do DeCS e na busca nos periódicos especializados foi utilizado as palavras-chave ‘violência’, ‘maus-tratos’ e ‘abuso’.

Com base nas recomendações e nos princípios estabelecidos pela Declaración de Heredia: Principios sobre el uso de inteligencia artificial en la edición científica (2024), informa-se o uso da ferramenta de inteligência artificial NotebookLM (Google), versão 2026, para a organização do fichamento do corpus e a elaboração de mapas mentais.

Para o fichamento, foi utilizado o seguinte prompt: “Elaborar, em formato de tabela e em linguagem acadêmica, um fichamento detalhado das fontes anexadas, contemplando as seguintes seções: ano, autor, título, objetivo, método, resultados e síntese da discussão”. A elaboração dos mapas mentais foi realizada por meio de funcionalidade nativa da ferramenta, sem a inserção de prompt textual.

Ressalta-se que todas as informações foram conferidas pela autora, bem como que não houve interferência da ferramenta na análise, na interpretação dos dados ou na redação final do manuscrito, etapas integralmente conduzidas e realizadas pela autora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca apresentou 12 trabalhos no Portal de Periódicos da CAPES, 31 na Biblioteca Virtual em saúde (BVS). O rastreamento manual resultou na identificação de 10 publicações adicionais. Assim, a primeira etapa do EC – Bibliografia Anotada – é composta por 53 artigos que foram registrados e organizados no gerenciador Zotero.

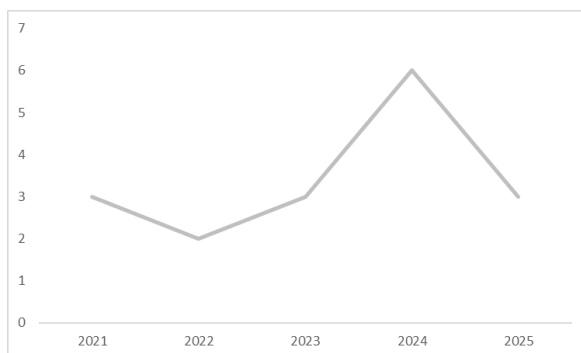
Na segunda etapa do EC, Bibliografia Sistematizada, realizada a partir da leitura fluente dos títulos e resumos das pesquisas, aplicou-se os critérios de inclusão, quais sejam: artigos nacionais de acesso aberto publicados nos últimos cinco anos (2021-2025), disponíveis

em texto completo em língua portuguesa e que abordassem o campo da Odontologia diante da violência infantil.

Foram adotados como critérios de exclusão: artigos duplicados entre as bases consultadas, publicações em outros idiomas, estudos anteriores ao recorte temporal, estudos fora da temática estabelecida e aqueles que apresentavam informações redundantes, ou seja, que não acrescentariam novos elementos para o estado do conhecimento.

Após a aplicação desses critérios, o corpus final reuniu 17 artigos científicos, os quais compõem a bibliografia categorizada e constituem o objeto de análise deste EC, conforme a distribuição temporal apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição das Publicações (2021 – 2025)



Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se que a produção científica manteve-se estável nos anos de 2021 e 2023, registrando uma queda em 2022. Esse comportamento pode ser compreendido no contexto dos impactos da pandemia de COVID-19 sobre a produção científica nacional, período em que recursos e esforços investigativos no campo da saúde bucal possivelmente foram amplamente redirecionados para questões emergentes e para as emergenciais de saúde pública, como teleodontologia, bioética, protocolos de tratamento e segurança, bem como estratégias de controle da disseminação do vírus em ambiente clínico.

De acordo com matéria de Rodrigo Cunha na Revista Pesquisa FAPESP, que se baseia em levantamento de Philip Shapira (Universidade de Manchester), o volume de publicações sobre a COVID-19 chegou a representar quase toda a produção científica global no campo da saúde entre 2020 e 2022, alterando o equilíbrio da geração de conhecimento (Cunha, 2022).

A retomada a partir de 2023, com pico em 2024, coincide tanto com a normalização das atividades acadêmicas quanto com a ampliação da visibilidade sobre o tema da violência infantil no país no transcurso da pandemia.

Segundo Gonçalves e Machado (2025), durante a pandemia, o isolamento social funcionou como fator agravante da violência doméstica contra crianças, intensificando a exposição das vítimas aos seus agressores no ambiente familiar.

Nesse contexto, o aumento das notificações e da atenção institucional ao problema pode também ter impulsionado o interesse da Odontologia em investigar a temática, especialmente considerando que muitas manifestações de violência ocorrem na região orofacial, área diretamente examinada na prática odontológica, porém, ainda é um tema pouco explorado em termos de artigos científicos em acesso livre.

A menor frequência de publicações no ano de 2025 deve ser interpretada com cautela, pois o intervalo entre a submissão dos manuscritos, o processo de avaliação por pares e a publicação pode resultar na indexação dos estudos apenas em anos subsequentes.

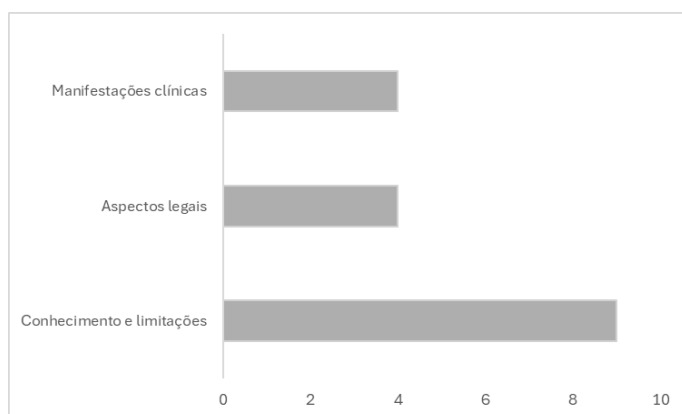
A terceira etapa, Bibliografia Categorizada, foi constituída a partir da leitura aprofundada dos 17 artigos que compõem o corpus, cujas aproximações temáticas permitiram organizá-los em categorias de análise, conforme preconizado pela metodologia do Estado do Conhecimento de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021).

Ressalta-se que, no processo de construção das categorias analíticas, alguns estudos apresentaram elementos que atravessam mais de uma categoria.

Nesses casos, optou-se por sua alocação na categoria que melhor expressa o eixo analítico predominante, a partir da ênfase conferida pelos próprios autores ao objeto de análise.

A organização das categorias analíticas foi realizada de forma manual e pode ser visualizada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Categorias de Análise



Fonte: Dados da pesquisa.

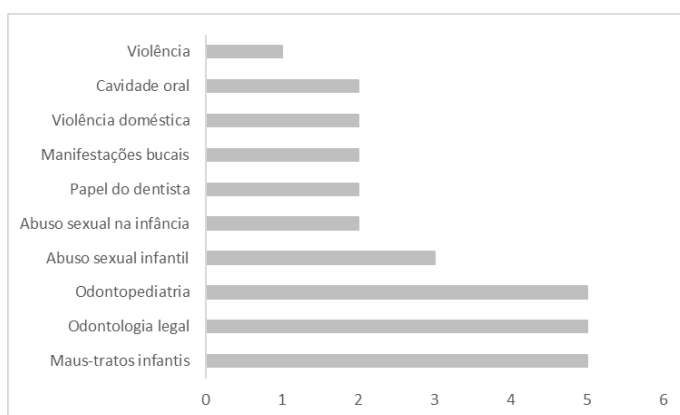
Como mencionado anteriormente, ao longo do processo de busca manual utilizou-se o recurso de palavras-chave. Para Garcia, Gattaz e Gattaz (2019, p. 6) as palavras-chave “visam

facilitar a recuperação eficiente do conteúdo de um texto para os leitores” e, por constituírem instrumentos fundamentais de indexação nas bases de dados e nos periódicos, atuam como porta de acesso às publicações.

Nesse sentido, na metodologia EC, as palavras-chave funcionam como uma síntese temática dos textos analisados, contribuindo para sua identificação, organização e acessibilidade temática.

Assim, com base na sistematização realizada, foi possível identificar as palavras-chave mais recorrentes nas publicações que compõem o corpus deste estudo, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir desses dados, pode-se inferir que o conjunto de produções selecionadas para este estudo evidencia a maior recorrência do descritor do DeCS ‘Odontologia Legal’, o que pode ser compreendido pelo fato de que esse campo, enquanto especialidade odontológica, transcende a clínica e adentra as abordagens das dimensões deontológicas sobre o dever legal e ético relacionados à proteção e à dignidade dos pacientes nos currículos dos cursos de graduação em Odontologia (Sousa et al., 2026); do descritor maus-tratos infantis por ser o termo utilizado pela OMS em relação as formas de violências contra crianças; e do descritor Odontopediatria por ser a especialidade odontológica que abriga os profissionais mais estratégicos no trato com crianças.

Diante dos dados apresentados, a discussão dos resultados deste EC está organizada de acordo com as categorias apresentadas no Gráfico 2: a) conhecimento e limitações; b) aspectos legais; e c) manifestações clínicas.

a) Conhecimento e limitações

A categoria Conhecimento e limitações apresenta aspectos relacionados à importância do conhecimento dos dentistas à realidade de crianças expostas a determinadas experiências adversas na infância, como os abusos e a violência (Thomas; Straffon; Inglehart, 2006). Compõem essa categoria 9 artigos científicos, relacionados na tabela 1.

Tabela 1 – Categoria Conhecimento e limitações

Ano	Autor	Título
2025	Delfino, A. F. S.; Andrade, J. V.; Colodette, R. M.	Percepção e conduta de cirurgiões-dentistas em casos suspeitos de maus-tratos infantis: revisão narrativa
2024	Derosso, K.; Amaral Júnior, O. L.	Papel do cirurgião dentista frente aos casos de abuso sexual infantil: uma revisão da literatura
2024	Lacerda, G. P. et al.	O papel do Cirurgião-dentista na identificação e conduta ética perante o abuso infantil
2024	Rangel, M. et al.	Estudo comparativo entre a rede pública e privada sobre conhecimento e atitude de cirurgiões-dentistas em casos de maus-tratos infantis
2024	Silva, R. V. M. et al.	O papel do cirurgião-dentista na identificação e notificação do abuso sexual infantil
2023	Silva, B. P.; Camargo, D.	As práticas profissionais realizadas em situações de maus-tratos infantis: uma revisão integrativa
2022	Rios, E. B. et al.	Conhecimento dos cirurgiões – dentistas que atuam em unidades básicas de saúde frente aos abusos e maus-tratos infantis
2021	Demarco, G. T.; Silva-Júnio, R. I. F.; Azevedo, M. S.	Conhecimentos e atitudes de cirurgiões-dentistas da rede pública de Pelotas-RS frente aos maus-tratos infantis
2021	Salazar, T. S.; Sá, M. M.; Veloso, K. M. M.	Nível de conhecimento de profissionais e estudantes de odontologia sobre abuso infantil: uma revisão integrativa

Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo de Salazar, Sá e Veloso (2021), aborda os desafios enfrentados por dentistas em contextos de cuidado. Os autores apontam que embora o profissional seja reconhecido como agente estratégico na identificação de sinais clínicos e manifestações orofaciais de maus-tratos,

sua atuação prática frequentemente é limitada pela falta de preparo acadêmico, insegurança profissional e ausência de suporte institucional.

Em geral, mostram que mesmo quando os profissionais afirmam possuir conhecimento teórico sobre abuso infantil, a aplicação desse conhecimento no diagnóstico e encaminhamento de casos concretos é frequentemente limitado e insuficiente.

Rios et al. (2022) realizaram uma pesquisa com dentistas que atuam na Estratégia Saúde da Família em Montes Claros (MG) a fim de avaliar o conhecimento desses profissionais frente aos abusos e maus-tratos infantis. Identificaram que 82,3% dos dentistas declararam ter conhecimento sobre violência infantil, mas 54,8% admitiram não saber como agir em episódios reais. Situações similares foram registradas em Pelotas (RS), onde Demarco, Silva-Júnior e Azevedo (2021) identificaram que apenas 25% dos profissionais que suspeitaram de abuso infantil tomaram medidas efetivas, apesar de 71,1% reconhecerem sua responsabilidade legal.

A revisão narrativa de Delfino, Andrade e Colodette (2025), evidencia que muitos profissionais hesitam em notificar casos suspeitos, devido a medo ou insegurança, admitindo não ter recebido conhecimentos adequados sobre o tema durante sua formação acadêmica ou ao longo de sua atuação profissional. ainda que reconheçam sua posição estratégica de proteção à criança.

Derosso e Amaral Júnior (2024) ao abordarem especificamente o abuso sexual infantil, destacam que a falta de preparo emocional e de conhecimento teórico amplia o silêncio sistemático em torno do tema, limitando a capacidade de intervenção segura do dentista.

Ainda assim, a pesquisa de Rangel et al. (2024) encontrou impactos positivos em relação ao conhecimento ao demonstrar que cirurgiões-dentistas da rede pública possuem maior conhecimento e atitudes adequadas frente a casos de violência infantil do que os da rede privada, fato que os autores atribuem à existência de equipes multiprofissionais, enquanto na rede privada a ausência de vínculos institucionais aumenta a propensão à subnotificação.

Silva et al. (2024) e Silva e Camargo (2023) destacam ainda que a fragmentação na formação do cirurgião dentista e a falta de integração em rede de garantias dos direitos das crianças, além de comprometer a segurança do profissional por represálias ao agir, acaba por perpetuar lacunas na proteção infantil.

Por fim, o estudo de Lacerda et al. (2024) aponta que, mais que qualquer outro profissional da saúde, o dentista é o que possui maior domínio sobre a cavidade bucal e suas estruturas adjacentes, local de maior incidência dos sinais clínicos de abuso. Entretanto, os autores apontam que existe conhecimento insuficiente sobre as manifestações do abuso infantil

em decorrência da qualidade do ensino oferecido na formação destes profissionais, o que os leva a falhar na aplicação desse conhecimento na prática clínica.

Em conjunto, essas evidências indicam que a relação entre o conhecimento e a escassez de preparo para agir nessa área é fortemente influenciada por limitações de natureza formativa e institucional, sobretudo no contexto da atuação profissional.

b) Aspectos legais

Os impactos dos aspectos legais é uma importante referência para análise do conhecimento sobre a atuação e conduta do cirurgião-dentista diante de situações suspeitas ou confirmadas de violência contra crianças “devido à sua posição privilegiada na detecção de casos de maus-tratos e negligência” (Sousa et al., 2026, p. 131). Nessa categoria se encontram 4 pesquisas relacionadas na tabela 2.

Tabela 2 – Categoria Aspectos legais

Ano	Autor	Título
2024	Conceição et al.	Conduta do Cirurgião-Dentista em casos de abuso infantil: revisão de literatura.
2024	Leite et al.	A importância da odontologia na proteção das crianças contra abusos.
2023	Soares; Pereira	Abuso Sexual Infantil: o que o cirurgião-dentista deve saber?
2021	Loiola; Dietrich; Andrade	Notificação e identificação do abuso sexual de vulnerável por meio de alterações orofaciais e aspectos comportamentais no ambiente odontológico.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os estudos realizados por Soares e Pereira (2023) e Loiola, Dietrich e Andrade (2021) investigaram o dever legal e ético do dentista em relação a comunicação e notificação compulsória aos órgãos competentes de proteção à criança.

Soares e Pereira (2023) analisaram, além do ECA, dispositivos do Código Penal brasileiro relacionados ao abuso sexual de vulnerável, considerando que na prática odontológica o cirurgião-dentista pode identificar sinais clínicos que levantem suspeita de violência, como lesões traumáticas em tecidos orais ou alterações comportamentais observadas durante o atendimento.

Na mesma direção, Loiola, Dietrich e Andrade (2021) articularam essa discussão a previsão de penalidades para o profissional que deixa de comunicar às autoridades situações de suspeita ou confirmação de abusos sexuais e maus-tratos. Além disso, observaram que uma parcela significativa de profissionais, ao longo de sua trajetória na Odontologia, não recebe orientações específicas ou capacitação sobre os procedimentos de notificação compulsória. A falta de capacitação dos profissionais é um importante aspecto abordado na literatura por Garbin et al. (2015).

Por sua vez, Conceição et al. (2024) analisam a violência infantil como um problema de saúde pública de elevada magnitude, no qual o cirurgião-dentista ocupa posição estratégica para a identificar sinais de maus-tratos em crianças e adolescentes enfatizando a sua obrigatoriedade legal em casos de suspeita ou confirmação de abusos.

Na esteira das tecnologias, o estudo apresentado por Leite et al. (2024) analisa a possibilidade de utilização de ferramentas tecnológicas como apoio ao processo de notificação, indicando que esses mecanismos facilitam a comunicação entre profissionais de saúde e órgãos responsáveis pela proteção da infância.

Os estudos que compõem esta categoria indicam que a discussão sobre os aspectos legais frequentemente aparece articulada à prática profissional, destacando o papel do cirurgião-dentista na identificação de sinais e na comunicação de suspeitas de maus-tratos. Dessa forma, evidencia-se que a literatura tem abordado essas questões a partir da relação entre o dever normativo de notificar e a responsabilidade ética do profissional na proteção de crianças e adolescentes.

c) Manifestações clínicas

Os estudos agrupados nesta categoria concentram-se na descrição de alterações clínicas que emergem durante o exame clínico odontológico e que, quando a história por trás de qualquer lesão suspeita for adequadamente interpretada, podem contribuir para a identificação de possíveis situações de maus-tratos (Sousa et al., 2026). Essa categoria possui 4 artigos analisados relacionados na tabela 3.

Tabela 3 – Categoria Manifestações clínicas

Ano	Autor	Título
2025	Fernandes, J. F. O. et al.	O papel do cirurgião dentista frente à manifestações orofaciais de abuso sexual infantil

Ano	Autor	Título
2025	Rodrigues, G. M.; Araújo, F. S.; Rocha, A. P.	O preparo dos cirurgiões-dentistas para identificar casos de violência sexual
2024	Milleri, D. P. et al.	Violência sexual infantil: o papel do cirurgião dentista
2023	Nascimento, M. D. L. et al.	A saúde bucal de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: Uma revisão integrativa de literatura

Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo de Fernandes et al. (2025), por ser tratar de pesquisa que aborda o abuso sexual infantil, constatou que aproximadamente metade das crianças que sofrem abuso sexual podem apresentar lesões na cavidade oral mesmo não apresentando nenhuma lesão em seus órgãos genitais, apontando que os dentistas, por serem os profissionais da saúde que mais atuam nas regiões de cabeça e pescoço, podem ser os primeiros a identificar sinais de maus-tratos.

No que tange os tipos de infecções sexualmente transmissíveis com manifestação oral em virtude de abusos sexuais, o estudo realizado por Milleri et al. (2024) apresenta a Sífilis, Gonorreia e as lesões associadas ao Papilomavírus humano como indicadores clínicos relevantes de abuso sexual quando identificadas em crianças. Isso sugere que a cavidade oral é um local frequente de abuso sexual em crianças (Ermertcan e Ertan, 2010).

Rodrigues et al. (2025) analisaram que, no abuso sexual infantil, além das manifestações infecciosas, também estão presentes traumas orofaciais, como contusões, lacerações em tecidos moles causadas por tentativas de penetração oral forçada e outras lesões na região bucomaxilofacial, que podem auxiliar o dentista no diagnóstico de violência sexual. Entretanto, afirmam que grande parte desses profissionais não possui formação específica para reconhecer sinais clínicos compatíveis com esse tipo de violência.

Para além das manifestações traumáticas ou infecciosas, parte da produção científica analisada amplia a compreensão das manifestações clínicas ao considerar condições de saúde bucal associadas à negligência.

Nascimento et al. (2023), em revisão integrativa da literatura, apontam que crianças e adolescentes expostos à violência doméstica tendem a apresentar maior prevalência de cárie dentária, índices elevados de CPO-D/ceo-d (dentes cariados, perdidos, obturados), higiene oral precária e menor frequência de consultas odontológicas.

Esses índices são interpretados pelos autores como possíveis marcadores de negligência em saúde bucal, indicando que padrões persistentes de deterioração da saúde oral podem estar associados a contextos violentos mais amplos de situação de vulnerabilidade e privação de cuidados.

Em conjunto, as publicações desta categoria indicam que a literatura odontológica tem ampliado o entendimento das manifestações clínicas relacionadas à violência infantil, incorporando tanto lesões traumáticas evidentes quanto sinais menos imediatos, como infecções de transmissão sexual e condições de saúde bucal associadas à negligência.

O cenário investigativo evidencia que a identificação de possíveis situações de violência infantil no contexto da Odontologia depende não apenas da observação de lesões agudas, mas também da capacidade de reconhecer padrões clínicos que, quando analisados de forma contextualizada, podem suscitar suspeitas de maus-tratos infantis.

Na quarta etapa do EC - Bibliografia Propositiva - buscou-se “[...] as possíveis propostas presentes nas publicações. A partir destas, o autor ou autora do EC elabora suas proposições acerca da temática” (Morosini, Kohls-Santos & Bittencourt, 2021, p. 70).

Ao descrever e analisar as publicações, foi possível identificar que a produção científica odontológica sobre os maus-tratos infantis converge para um conjunto de desafios recorrentes relacionados à formação, à capacitação, à atuação profissional e à articulação em rede. Diante disso, as pesquisas analisadas apresentam as seguintes proposições:

- Inclusão obrigatória da temática da violência infantil nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Odontologia, com abordagem em diferentes disciplinas e metodologias ativas de aprendizagem;
- Implementação de programas de educação permanente em saúde sobre maus-tratos infantis, promovidos pela gestão municipal e pelas instituições de ensino superior;
- Elaboração de protocolos nacionais de identificação, documentação, notificação e encaminhamento de casos suspeitos ou confirmados de violência infantil, incluindo cartilhas orientadoras para estudantes e profissionais;
- Fortalecimento do trabalho interdisciplinar e em rede, com integração entre cirurgiões-dentistas, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais da saúde e da proteção social;

- Criação de políticas públicas voltadas à conscientização e prevenção da violência infantil, com garantia de apoio jurídico e psicológico ao profissional notificante;
- Utilização de ferramentas digitais para facilitar a comunicação e a notificação, visando à redução da subnotificação e ao fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Por fim, destaca-se que as proposições sugeridas pelos pesquisadores possuem relação direta com o cuidado odontológico frente aos maus-tratos infantis.

Neste sentido, buscam integrar ações educativas e protocolares em contextos que aproximem a articulação interprofissional ao apoio institucional, e sinalizam novas possibilidades para pensar a formação, a conduta desses profissionais e a própria Odontologia.

A partir desse olhar sobre a violência infantil no contexto da Odontologia, a proposição da autora deste EC consiste em dialogar com a perspectiva da bucalidade, pensada por Botazzo (2013), ao compreender a boca como elemento social, fonte e território das experiências humanas: uma possibilidade epistemológica capaz de compreender que “[...] o cuidado se produz ao passo que afetos mais potentes se sobressaem” (Couto e Botazzo, 2022, p. 8)

Em vista disso, emerge a necessidade em desafiar o instituído para repensar a concepção do cuidado na prática clínica e no fazer odontológico orientado pelo conceito de bucalidade, de modo a ampliar a escuta e a compreensão das experiências e necessidades do outro, rumo à produção de cuidados transformadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos evidenciou que a tendência da produção científica odontológica tem abordado os maus-tratos infantis sobretudo a partir de três perspectivas do cuidado: o reconhecimento das manifestações clínicas da violência, a discussão dos aspectos ético-legais relacionados à notificação e à responsabilidade profissional, e a problematização das insuficiências na formação e no conhecimento dos cirurgiões-dentistas para lidar com essa problemática.

Ao realizar o estudo do estado do conhecimento, evidenciou-se a ausência de estudos primários qualitativos que investiguem diretamente os sujeitos e as instâncias responsáveis pela formação e pela gestão do cuidado, tais como coordenadores e docentes de cursos de odontologia, gestores de serviços de saúde e demais atores institucionais, cujas práticas,

decisões e concepções são centrais na conformação das respostas produzidas no campo da Odontologia frente à violência infantil.

Essa lacuna restringe a compreensão das diferentes percepções sobre o papel da Odontologia diante de fenômenos complexos, contribuindo, assim, para a manutenção de pesquisas cujas abordagens tendem a apreender essas problemáticas, em grande medida, na forma isolada do cuidado desarticulado do contexto social.

Por fim, este estudo apresenta como limitação a restrição do corpus às publicações nacionais em língua portuguesa, que, embora responda a uma delimitação intencional voltada à construção do estado do conhecimento da produção científica brasileira, limita o diálogo com a literatura internacional, mais ampla e consolidada no campo da Odontologia. Essa delimitação pode ter restringido a identificação de tendências, abordagens, lacunas e proposições em outras realidades.

REFERÊNCIAS

BAILEY, Megan **et al.** Associations between childhood trauma and adolescent psychiatric disorders in Brazil: a longitudinal, population-based birth cohort study. **The Lancet Global Health**, v. 13, n. 2, p. e309–e318, 2025. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(24\)00452-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(24)00452-2/fulltext). Acesso em: 25 fev. 2026.

BOTAZZO, Carlos. Diálogos sobre a boca. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-aco-es-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. **Biblioteca Digital**. Brasília -DF. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/12394>. Acesso em 15 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em 15 fev. 2026.

CALZA, Tiago Zanatta; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; SARRIERA, Jorge Castellá. Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: epidemiologia e notificação. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 14-27, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em: 07 mar 2026.

CONCEIÇÃO, Hudson Victor Florentino da; DE ANDRADE, Ana Júlia Ferreira; CARVALHO, Juliana Mendes; DE MORAES, Daniela Abreu. Conduta do cirurgião-dentista

em casos de abuso infantil: revisão de literatura. **ARACÊ**, v. 6, n. 2, p. 3405–3416, 2024. DOI: 10.56238/arev6n2-177. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/945>. Acesso em: 11 jan. 2026.

COUTO, Joaquim Gabriel de Andrade.; BOTAZZO, Carlos. “Prefiro mexer no coração a mexer na boca”: reflexões sobre o cuidado em saúde bucal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210709pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/djBkHFfVCnnpnf8SNrTypsh/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2026.

CUNHA, Rodrigo. Produção científica sobre Covid-19 afeta o equilíbrio da geração de conhecimento. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, ed. 320, out. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/producao-cientifica-sobre-covid-19-afeta-o-equilibrio-da-geracao-de-conhecimento/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

DELFINO, Ana Flavia de Sales; ANDRADE, João Vitor; COLODETTE, Renata Maria. Percepção e conduta de cirurgiões-dentistas em casos suspeitos de maus-tratos infantis: revisão narrativa. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 29, n. 1, p. 151–170, 2025. DOI: 10.25110/arqsaude.v29i1.2025-11668. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/11668>. Acesso em: 11 jan. 2026.

DEMARCO, Giulia Tarquinio; SILVA-JÚNIOR, Ivam da; AZEVEDO, Marina Sousa. Conhecimentos e atitudes de cirurgiões-dentistas da rede pública de Pelotas-RS frente aos maus-tratos infantis. **Revista da ABENO**, v. 21, n. 1, p. 1077, 2021. DOI: 10.30979/revabeno.v21i1.1077. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1077>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DEROSSO, Kauany; DO AMARAL JÚNIOR, Orlando Luiz. Papel do cirurgião dentista frente aos casos de abuso sexual infantil: uma revisão da literatura. **Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre**, v. 65, p. e133694, 2024. DOI: 10.22456/2177-0018.133694. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistadaFaculdadeOdontologia/article/view/133694>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ERMERTCAN, Aylin Turel.; ERTAN, Pelin. Skin manifestations of child abuse. **Indian Journal of Dermatology, Venereology and Leprology**, v. 76, n. 4, p. 317–326, 2010. DOI: 10.4103/0378-6323.66572. Disponível em: <https://ijdv1.com/skin-manifestations-of-child-abuse/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

FELITTI, Vincent J. et al. Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 14, n. 4, p. 245–258, 1998. Disponível em: [https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797\(98\)00017-8/fulltext](https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797(98)00017-8/fulltext). Acesso em: 8 fev. 2026.

FERNANDES, Jaine Ferreira de Oliveira et al. O papel do cirurgião dentista frente à manifestações orofaciais de abuso sexual infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 25, p. e18345, 2025. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/18345/10589>. Acesso em: 11 jan. 2026

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1879-1890, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.13442014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DcWLn67LwTjBwvnKz87BwZx/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

GARCIA, Débora Cristina Ferreira; GATTAZ, Cristiane Chaves; GATTAZ, Nilce Chaves. A Relevância do Título, do Resumo e de Palavras-chave para a Escrita de Artigos Científicos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 3, p. 1–9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190178>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/KT6TxzgMBQ7WqZWtfrHKkhM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2026

GONÇALVES, Felipe Souza; MACHADO, Dinair Ferreira. Violência contra as crianças durante a covid-19: aprendizagens deixadas pela pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 148, n. 1, e-6628427, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.427>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NCJ88JVBqc8JCV5kQY6G5WS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 30 jan. 2026

JURAL, Lucas.; PAIVA, Saul Martins.; MAIA, Lucianne Cople. Atenção à saúde bucal de pessoas que vivenciaram adversidades na infância. Rio de Janeiro: Dos Autores, 2025. E-book. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/27857>. Acesso em: 30 jan. 2026.

LACERDA, Gabriella Pirro et al. O papel do cirurgião-dentista na identificação e conduta ética perante o abuso infantil. **Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial**, v. 24, n. 2, p. 23–33, 2024. DOI: 10.70678/rctbmf.v24i2.1086. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/rctbmf/article/view/1086>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LEITE, Maria Garcia et al. A importância da odontologia na proteção das crianças contra abusos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 12, p. 275–280, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.17394. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17394>. Acesso em: 11 jan. 2026.

LOIOLA, Nayara Guimarães; DIETRICH, Lia; ANDRADE, Cláudia Maria de Oliveira. Notificação e identificação do abuso sexual de vulnerável por meio de alterações orofaciais e aspectos comportamentais no ambiente odontológico. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e479101422370, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22370>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22370>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MILLERI, Daniela Peralta et al. Violência sexual infantil: o papel do cirurgião dentista. **Revista Delos**, v. 17, n. 60, p. e2492, 2024. DOI: 10.55905/rdelosv17.n60-175. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2492>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

NASCIMENTO, Milena Danúbia Lima et al. A saúde bucal de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: uma revisão integrativa de literatura. **Research, Society and**

Development, v. 12, n. 11, e24121143618, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i11.43618>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/43618>. Acesso em: 10 jan. 2026.

NEEDLEMAN, H. L. Orofacial trauma in child abuse: types, prevalence, management, and the dental profession's involvement. **Pediatric Dentistry**, v. 8, n. 1, p. 71-80, maio 1986.

NILCHIAN, Firoozeh; TARRAHI, Mohammad Javad; ZARÉ, Narges. A systematic review and meta-analysis of failure to take history as a barrier of reporting child abuse by dentists in private and state clinics. **Dental Research Journal**, v. 18, n. 1, p. 41, 2021. DOI: 10.4103/1735-3327.318936. Disponível em: https://journals.lww.com/derj/fulltext/2021/18000/a_systematic_review_and_meta_analysis_of_failure.41.aspx#O4-41-2. Acesso em: 20 jan. 2026.

OH, J. E.; LÓPEZ-SANTACRUZ, H. D. Adaptation measures in dental care for children with history of Adverse Childhood Experiences: a practical proposal. **Special Care in Dentistry**, v. 41, n. 1, p. 3-12, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/scd.12527>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/17544505/2021/41/1>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre violência e saúde. Editado por Etienne G. Krug et al. Genebra: OMS, 2002. Cap. 3: Abuso infantil e negligência por pais e outros cuidadores, p. 57-81. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2026.

PENABAD-CAMACHO, Liana et al. Declaración de Heredia: principios sobre el uso de inteligencia artificial en la edición científica. **Revista Eletrónica Educare**, v. 28, supl. 1, p. 13-39, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.15359/ree.28-s.19967>. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1409-42582024000400013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 2 mar. 2026.

RANGEL, Mayara et al. Estudo comparativo entre a rede pública e privada sobre conhecimento e atitude de cirurgiões-dentistas em casos de maus-tratos infantis. **Revista Brasileira de Odontologia Legal (RBOL)**, v. 11, n. 3, p. 10-19, 2024. DOI: 10.21117/rbol.v11i3.2024-548. Disponível em: <https://portalabol.com.br/rbol/index.php/RBOL/article/view/548>. Acesso em: 12 jan. 2026.

RIOS, Everton Barroso et al. Conhecimento dos cirurgiões – dentistas que atuam em unidades básicas de saúde frente aos abusos e maus-tratos infantis. **Revista de APS**, v. 25, n. 1, p. 47-57, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2022.v25.33935>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/33458>. Acesso em: 10 jan. 2026.

RODRIGUES, Giovana Moreira; ARAÚJO, Fernanda dos Santos; ROCHA, Angélica Pereira. O preparo dos cirurgiões-dentistas para identificar casos de violência sexual. **JNT - Facit Business and Technology Journal**, ed. 67, v. 3, p. 81-91, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17516859. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/3893/2558>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SALAZAR, Tiago Santos; SÁ, Marcelle Mendes; VELOSO, Kátia Maria Martins. Nível de conhecimento de profissionais e estudantes de odontologia sobre abuso infantil: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Odontologia Legal (RBOL)**, v. 8, n. 2, p. 84-92, 2021. DOI: 10.21117/rbol-v8n22021-364. Disponível em: <https://portalabol.com.br/rbol/article/view/364>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SILVA, Beyle Pereira da; CAMARGO, Denise de. As práticas profissionais realizadas em situações de maus-tratos infantis: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 6, p. 1703-1715, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023286.08222022. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/as-praticas-profissionais-realizadas-em-situacoes-de-maustratos-infantis-uma-revisao-integrativa/18580?id=18580>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SILVA, Rayane Vitoria Magalhaes da et al. O papel do cirurgião-dentista na identificação e notificação do abuso sexual infantil. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 10, p. 4116-4133, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n10p4116-4133>. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4060>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SOARES, Isabela Marins; PEREIRA, Túlio Silva. Abuso sexual infantil: o que o cirurgião-dentista deve saber? *Scientia Generalis*, v. 4, n. 2, p. 395-406, 2023. DOI: 10.22289/sg.V4N2A34. Disponível em: <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/530>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUSA, Victória Maria de Carvalho et al. Abordagem do cirurgião-dentista diante do diagnóstico de abuso sexual infantil: revisão narrativa da literatura. *International Journal of Science Dentistry*, v.1, n. 69, p. 119-135, 2026. DOI: 10.22409/ijosd.v1i69.63723. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ijosd/issue/view/3157>. Acesso em 20 fev. 2026.

THOMAS, John. E.; STRAFFON, Lloyd.; INGLEHART, Marita Rohr. Child abuse and neglect: Dental and dental hygiene students' educational experiences and knowledge. **J Dent Educ**, Washington, v. 70, n. 5, p. 558-565, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1002/j.0022-0337.2006.70.5.tb04111.x>. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstreams/51fee7a6-b7de-4ca6-929e-062bbaebff81/download>. Acesso em: 03 mar. 2026.